

Estado & Igreja na implantação da República Gaúcha: a educação como base de um acordo de apoio mútuo

State and church in the implantation of the republic in Rio Grande do Sul: education as a basis for an agreement of mutual help

Jaime Giolo*

* Professor da Universidade de Passo Fundo, doutor em História e Filosofia da Educação pela Universidade de São Paulo, pesquisador do NUPEFE (Núcleo de Pesquisas em Filosofia e Educação da Universidade de Passo Fundo). Ex-Coordenador Geral de Estatísticas da Educação Superior e Ex-Coordenador Geral de Avaliação Institucional e dos Cursos de Graduação do INEP/MEC.
e-mail: giolo@upf.br

Resumo

O presente texto discute a implantação da República no Rio Grande do Sul, sob o ponto de vista do entrelaçamento de interesses que possibilitou o acordo de apoio mútuo entre o Estado republicano e a Igreja Católica, especialmente no que se refere às realizações educacionais. Há determinantes conjunturais e estruturais que possibilitaram essa parceria entre o poder político-administrativo, declaradamente orientado pela filosofia política de Augusto Comte, e a Igreja Católica, no momento, profundamente engajada no combate às teses laicas e aos movimentos seculares. Em primeiro lugar, Igreja e o Estado mantinham a mesma perspectiva de classe. Tanto o positivismo quanto o catolicismo do final do século XIX constituíram formas de racionalização da estrutura social capitalista. Há, também, significativos pontos de contato entre positivismo e catolicismo no que se refere às suas formulações sociológicas e morais. As questões urgentes, entretanto, eram jogadas no terreno prático e, nesse campo, não havia razões para hostilidades. Em termos educacionais, a ação conjugada do Estado e da Igreja produziu o efeito típico da sociedade de classes: duas redes de ensino. A pública, exclusivamente primária, voltada para as classes populares, formando trabalhadores; a particular, indo do primário ao nível superior, destinada às elites, formando os quadros do poder.

Palavras-chave

Educação. República. Catolicismo.

Abstract

This paper discusses the establishment of the Republic of Rio Grande do Sul, in the view of the interweaving of interests that enabled the agreement of mutual support among the Republican State and the Catholic Church, especially with regard to educational achievements. There are cyclical and structural factors that allowed this partnership between the political-administrative, reportedly driven by the political philosophy of Auguste Comte, and the Catholic Church at the time, deeply engaged in the fight against secular theories

and secular movements. First, church and state maintained the same view class. Both positivism and Catholicism of the late nineteenth century constituted forms of rationalization of the capitalist social structure. There are also significant points of contact between positivism and Catholicism in relation to their moral and sociological formulations. Urgent matters, however, were thrown into a practical and, in this field, there was no reason for hostilities. As regards education, the joint action of the State and the Church produced the typical effect of class society: two educational systems. The public network, exclusively primary, for the popular classes; and the private, secondary and higher, for the elite.

Key-words

Education. Republic. Catholicism.

Introdução

Em 22 de agosto de 1900, Júlio de Castilhos, chefe do Partido Republicano Rio-Grandense, escreveu uma carta¹ à entidade católica Devoção do Menino Deus, dando razões para não aceitar o convite que lhe fora dirigido de tornar-se integrante da mesa diretora daquela entidade. Como razão para a sua negativa apresenta o fato de não pertencer à confraria e de não compartilhar da mesma crença. Mas Castilhos fez questão de esclarecer que, não sendo católico, também não era irreligioso. Também não era inimigo da Igreja Católica. “Não há malquerença tacanha e deturpadora, que logre prevalecer a meu respeito a coima de irreligioso, ou que ouse reputar-me irreverente para com a Igreja Católica”. Quanto a isso, assegurou que consagrava “profunda reverência [...] à fé católica” e, como prova, ofereceu o modesto conjunto sua conduta pública: “despretensiosa e singela, mas moralmente íntegra e sempre coerente”. Castilhos utilizou o próprio exemplo pessoal e os ensinamentos de Comte para reafirmar o valor da Igreja Católica. “Basta-me consignar que, ainda no alvorecer da minha adolescência, empreendi timidamente o

estudo lento dos livros portentosos do Mestre dos Mestres – Augusto Comte, cujos inextinguíveis ensinamentos, elucidando cientificamente a legitimidade histórica e a benemerência da religião católica, que, aliás, desde o berço nutria os sentimentos da minha infância, fizeram ressaltar, com sabedoria genial, soberana e imponente eloquência, a imensa grandeza moral da missão fecundante exercida na evolução humana pelo Catolicismo.” Finalizando a carta, renovou a expectativa de que se mantivesse “sincero respeito” para com a Igreja Católica, reconhecendo os “serviços imortais” que realizou.

Em 1919, foi a vez do chefe da Igreja gaúcha, D. João Becker, fazer a mais clara das manifestações de apoio aos republicanos. Comemorava-se o 30º aniversário da República Brasileira e o Centro Republicano Júlio de Castilhos organizou, como era de se esperar, uma sessão solene para a qual foi convidado, como orador, o arcebispo de Porto Alegre. Na sua preleção², D. João Becker elogiou “a mão vigorosa do grande marechal Deodoro [que] implantou na terra brasileira a democracia” e reconheceu a República como “o regime universalmente aceito e respeitado em todo o País”. Fez,

também, o elogio dos líderes republicanos, chamando-os de “os espíritos mais proeminentes da Pátria” e atribuindo-lhes o mérito de ter elevado o nível da prosperidade interna e das relações internacionais brasileiras ao patamar das repúblicas “mais acatadas do mundo”. Garantiu, por outro lado, que a Igreja não se sentia deslocada no âmbito da República, embora tenha sido separada oficialmente do Estado. Ao contrário, esteve lado a lado com o poder temporal consagrando-lhe “seu auxílio moral”, como fora a vontade do Divino Mestre: “Dai a Cesar o que é de Cesar e a Deus o que é de Deus, Reddite quae sunt Caesaris, Caesari: et quae sunt Dei, Deo.” De fato, no entender do arcebispo, a Igreja não fazia distinções entre formas de governo, tendo participado, ao longo de sua história, de impérios, monarquias e repúblicas, sempre colaborando com seus benefícios temporais e eternos.

Essas duas manifestações dão a chave do entendimento da dinâmica central da Primeira República Rio-Grandense e, de modo especial, da dinâmica educacional ali desenvolvida. Vamos por partes.

A república positivista rio-grandense

Nas últimas décadas do Império, a cena política da Província representava quase exclusivamente os interesses da economia pastoril. Quem coordenava, em termos políticos, o grupo social dominante era, sobretudo, o partido liberal que, desde os anos de 1860, retomando os ideais da Revolução Farroupilha, brigava pela descentralização administrativa como forma de con-

seguir da União certas vantagens em favor da elite provincial. Gaspar Silveira Martins mostrou grande habilidade em negociar, junto ao poder central, o apoio dos liberais rio-grandenses em troca do atendimento de certas demandas dos pecuaristas da Campanha (créditos facilitados, tarifas comerciais favoráveis, transportes, etc). Tornou-se, com isso, a autoridade máxima e isolada dos liberais rio-grandenses: “como ‘um rolo compressor’ moldou o partido à sua imagem”³. Sob o seu comando, o partido liberal, no Rio Grande do Sul, controlava a Assembléia Legislativa, a Guarda Nacional e a maioria dos governos municipais. Os conservadores, por conta disso e de seus próprios problemas internos, enfraqueceram-se tanto que, na década de 1880, perderam para os republicanos o segundo lugar no ranking político gaúcho⁴.

Diferentemente do que aconteceu em outras províncias, como São Paulo e Minas, onde o partido liberal foi progressivamente se diluindo e, a maioria de seus integrantes incorporando-se aos partidos republicanos, no Rio Grande, os liberais chegaram às portas do novo regime arregimentados e fortes. Como escreveu Sérgio da Costa Franco, “o gasparismo – assim devemos chamar o Partido Liberal do Rio Grande do Sul – entretanto, assistia ao apagar das luzes do Império, no domínio pleno das mais sólidas posições políticas”⁵. Isso ocorreu porque, em face da crise da pecuária, os estancieiros gaúchos encontravam proteção sob as asas da Monarquia brasileira. Em contrapartida, ficaram obrigados a sustentar politicamente o regime.

É certo que, se essa identificação com o poder monárquico carregava para os liberais gaúchos vantagens consideráveis a curto prazo, reservava-lhes grandes dissabores logo adiante. A queda brusca da Monarquia pegou-os no contrapé. A República não seria, no Rio Grande do Sul, uma continuidade do antigo estado de coisas, superficialmente modificadas, como aconteceu na maioria dos outros Estados da Federação. Em termos políticos, uma oposição de roupagens totalmente novas vinha sendo construída nas últimas décadas do Império e mereceu, na conjuntura da Proclamação, tornar-se a destinatária do poder.

Enquanto os liberais sustentavam o Ancien Régime, os ideais republicanos foram assumidos por líderes de outros segmentos sociais (agricultores, empresários, classe média urbana, operários...), constituídos em torno de forças econômicas emergentes (a policultura colonial e as novas atividades urbanas: indústria e serviços), e ainda mal representados politicamente. Os próprios fazendeiros da metade norte do Estado, sempre relegados na representação política e na distribuição dos benefícios públicos, tornaram-se uma força contrária ao status quo. Esse foi o ambiente propício para o desenvolvimento do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense).

Esse partido foi montado em 1882, por um reduzido, mas entusiasta e radical, grupo de advogados (Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Borges de Medeiros, Pinheiro Machado, entre outros) e médicos (Barbosa Gonçalves, Fernando Abbott, Ramiro Barcelos, entre outros), recém-formados no centro do país, mais precisamente, na Faculdade

de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, e na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. De regresso à Província, tais lideranças trataram de canalizar para uma nova agremiação política os descontentamentos que, progressivamente, se manifestavam em relação às legendas antigas. Intelectuais idealistas, esses jovens políticos traziam na bagagem as teses da filosofia positiva de Augusto Comte⁶ com as quais pretendiam fundamentar seu projeto de desenvolvimento regional.

Sobreveio a Proclamação da República. A habilidade política de Júlio de Castilhos, chefe do PRR, não foi suficiente para realizar uma transição tranquila e segura. A consolidação da República no Rio Grande do Sul deveria ser, portanto, em todos os sentidos, um processo turbulento, porque a conciliação dos projetos em disputa era, de fato, impossível. Em apenas 3 anos, mais de uma dúzia de vezes houve revezamento no comando do Estado, em meio a golpes e contragolpes e, quando, finalmente, Júlio de Castilhos assumiu o governo, por voto popular, estourou a Revolução Federalista que durou 31 meses (1893-1895) e dizimou mais de 10 mil pessoas.

Vencedor da Revolução, o PRR impôs à oposição “uma razoável e sincera penitência”, como sempre fora o desejo de Castilhos⁷, mas não conseguiu afastar do horizonte a ameaça permanente de novos confrontos e nem apagar da memória dos gaúchos os horrores da guerra. Não foi sem muito esforço e artimanha política que os republicanos mantiveram o poder ao longo de toda a República Velha.

A tônica principal do discurso republicano e do discurso federalista foi a afirmação de uma disputa. Os republicanos garantiam que estavam defendendo a República, o bem público e a democracia real contra a Monarquia, os interesses espúrios e a democracia teológica/metafísica (ou anarquia liberal). Os termos antitéticos poderiam ser ampliados à exaustão. Os federalistas, por sua vez, contra-atacavam, apresentando-se como defensores dos ideais da democracia, das vantagens do parlamentarismo e da liberdade individual, contra a ditadura do PRR, os prejuízos do presidencialismo e a dominação da máquina política. Não havia meio termo. A questão era colocada como se estivesse em curso uma batalha entre o bem e o mal: ou Júlio de Castilhos ou Silveira Martins; ou Borges de Medeiros ou Assis Brasil; ou os chimangos (republicanos, distinguidos pelo uso do lenço branco) ou os maragatos (federalistas, antigos liberais e republicanos dissidentes, distinguidos pelo uso do lenço vermelho).

Não se tratou, porém, de uma luta meramente teórica, uma disputa de palavras; o confronto descia à prática e, algumas vezes, terçava armas. A Revolução Federalista, como se viu, foi a tradução mais cabal dessa disputa, um enfrentamento no qual a “gravata colorada” (degola dos prisioneiros de guerra) mediu a temperatura do ódio que exasperava os ânimos dos dois grupos. As consequências desses embates sobre o conjunto da sociedade rio-grandense são difíceis de exagerar, pois constituíram o pano de fundo sobre o qual foi desenhada a Primeira República Rio-Grandense.

Os republicanos, no afã de praticar a filosofia política positivista (em atendimento a uma elite emergente ligada aos já mencionados novos processos produtivos, e “ansiosa por progresso e inovações”), quando no poder, passaram a implementar políticas propriamente capitalistas, voltadas para o fomento da indústria e para o desenvolvimento técnico na exploração agrícola. Sobretudo, “passaram a empreender a derrubada dos gasparistas dos cargos públicos e de todas as posições de liderança e prestígio eleitoral nos municípios. Em todas as comunas, foram dissolvidas as câmaras municipais e nomeados, para substituí-las, juntas executivas de três membros. Foram demitidos os delegados de Polícia e substituídos todos os comandantes da Guarda Nacional. Um ano após o 15 de novembro, sob o governo de Cândido Costa, a derrubada já estaria completa”⁸. Isso não poderia deixar de provocar “fundos ressentimentos na sociedade municipal subvertida por homens de fora, estranhos às tricas e aos interesses locais”⁹, sobretudo na região da Campanha, onde o coronelismo estava vigorando havia muito tempo.

No substancial, podem ser identificadas diferenças importantes entre o coronelismo e a política do PRR. Ambas as formas de poder foram autoritárias (o esquema do PRR, mais que tudo), mas, enquanto um modelo privilegiava a dependência pessoal, o outro se institucionalizou. Essa institucionalização do poder republicano na figura do Estado, entendido como um guardião e benfeitor da sociedade, colocado acima dela, criou duas necessidades fundamentais para a perpetuação do

modelo: de um lado, a organização da força repressora e sua distribuição estratégica sobre o território; de outro, a organização da ideologia e sua divulgação através das instituições civis, que, para isso, precisavam ser ampliadas (as que já existiam) ou criadas. Aqui entram, de modo especial, a escola e a Igreja Católica. Começamos a compreender, portanto, porque o PRR, radical seguidor do positivismo, filosofia ateia e cientificista, buscou, apesar disso, o apoio de uma instituição que, por princípio, deveria ser combatida e superada: a Igreja Católica. Ocorre que essa instituição tinha grande penetração e legitimidade entre os polos econômicos mais dinâmicos do Estado que também eram os destinatários diretos da política positivista e, por isso mesmo, a base estratégica para a consolidação do poder republicano.

A Igreja romanizada

No último quartel do século XIX, o regime do padroado, estabelecendo a Igreja como se fora um departamento do Estado, entrou em desgraça perante os olhos dos bispos brasileiros. Em Roma, a política eclesiástica de Pio IX (1846-1878) e, em seguida, de Leão XIII (1878-1903) consolidava o que se convencionou chamar de ultramontanismo ou romanização, isto é, um processo que centralizava no Papa e no Vaticano toda a autoridade e toda a decisão a respeito dos caminhos que a Igreja universal deveria seguir. A parte do episcopado brasileiro mais saliente ou, pelo menos, a mais barulhenta estava completamente afinada com o concerto presidido por Roma. Estava,

pois, disposta a jogar pelos ares o que lhe parecia ser um jugo mal assentado e injusto. O regime do padroado obstruía a jurisdição pontifícia sobre a Igreja brasileira e impossibilitava a organização e a expansão institucional eclesiástica. Exemplos disso são as leis de 1855, proibindo a admissão de noviços pelas ordens religiosas; de 1863, estabelecendo um regime de inspeção pública dos seminários; e de 1870, impedindo o ingresso de noviços brasileiros ordenados no exterior¹⁰. Esses fatos mostram como, mesmo antes da questão religiosa (1872-1875) – processo que colocou em manifesto de forma indisfarçável os problemas entre Igreja e Estado –, algumas rotas de colisão já haviam sido traçadas. D. Macedo Costa, bispo do Pará, escreveu, em 1863: “Escravidão, e escravidão ignominiosa, é o que quereis impor com vossas teorias do Estado pagão, do Estado sem Deus, do Estado fonte e critério de todos os direitos, absorvendo o cidadão todo inteiro... Escravidão, dura e ignominiosa escravidão, é esse Estado civil de mitra e báculo, governando a Igreja”¹¹. À medida que a Igreja brasileira se aproximava de Roma, crescia sua ânsia de depender o menos possível do Estado. “O governo, continuava D. Macedo Costa, ingere-se em tudo, e quer decidir sobre tudo... E assim vão os avisos, os decretos, as consultas dos magistrados seculares substituindo pouco a pouco os cânones da Igreja”¹².

Nesse clima de desavenças entre o poder monárquico e a Igreja, os republicanos vislumbraram a possibilidade de solução do impasse na separação de Igreja e Estado e na substituição do regime político vigente. Os lucros da questão religiosa

couberam, portanto, aos republicanos que, da pendenga, colhiam argumentos e apoio para o seu projeto político. No fim, acabaram ganhando também o apoio da Igreja. Esse dado, a princípio contraditório, ganha sentido quando se considera que, para a Igreja, o Regime Monárquico, apesar de estatuir o catolicismo como religião oficial, na medida em que não abria mão do placet, se tornava muito mais um empecilho do que uma alavanca propulsora. Na República, embora perdesse o privilégio (muitos já duvidavam se era privilégio) da oficialidade, a Igreja, fazendo bom uso dos princípios liberais da livre manifestação do pensamento e da livre organização, poderia agir com muito mais desenvoltura e seguir, sem restrições, os ditames de Roma. D. Antônio de Macedo Costa que, como bispo do Pará, foi condenado durante a questão religiosa, depois da Proclamação, em Carta Pastoral de 19/3/1890, exultou: “o trono desapareceu... e o Altar? O Altar está de pé!”¹³.

Os líderes da Igreja sabiam que, no regime republicano, eles teriam espaço apenas se soubessem conquistá-lo. A experiência de pertencer a uma instituição que deixara de ser oficial era totalmente nova e a incerteza quanto ao futuro recomendava cautela e astúcia política. Submeter-se diretamente a Roma e ao papa de nada serviria se o regime impedisse o crescimento da instituição em solo brasileiro. A Igreja precisava, portanto, apresentar-se ao poder constituído como uma instituição de apoio e não de discórdia. Conquistar a confiança dos governos era a condição primeira para, em seguida, dedicar-se à divulgação da doutrina entre as populações, a ser feita a

partir das dioceses, paróquias, capelas e, de modo particular, escolas. Todos estavam muito conscientes de que os novos regimes republicanos apostavam na escola como aparelho ideológico fundamental. As vozes dos que queriam uma escola laica e, portanto, livre da tutela eclesiástica, cresciam cada vez mais. A Igreja empreendeu seus maiores esforços para demonstrar que a educação não era atribuição do Estado, mas da família e das instituições às quais a família delegasse essa função. A luta pelo ensino privado e pelo ensino religioso nas escolas oficiais passaria a ser, portanto, a bandeira principal da Igreja Católica durante a Primeira República. Em termos de Brasil, de modo geral, o laicismo se manteve forte e a Igreja não avançou muito; no Rio Grande do Sul, entretanto, onde o positivismo era mais forte, puro e radical, verificou-se um fenômeno inverso. Vejamos mais detalhes a respeito desse dado histórico.

A Igreja Católica no Rio Grande do Sul

A Igreja Católica, no Rio Grande do Sul, era uma instituição fraca até os anos finais do regime imperial. Diferentemente das Províncias centrais do Brasil, onde as congregações religiosas, sobretudo, a Companhia de Jesus, tinham criado, durante a Colônia, uma certa estrutura eclesial, a Igreja gaúcha permaneceu completamente esquecida. Nenhum seminário, nenhum colégio, nenhuma ação missionária minimamente organizada¹⁴. A primeira diocese só foi criada em 1848 (e provida somente em 1853), como decisão política do Império no sentido de apagar os resquícios do cisma rio-grandense¹⁵.

Dom Feliciano Prates, como primeiro bispo, não causou repercussão significativa na estrutura eclesiástica rio-grandense. Além da edificação de um seminário, da reforma de alguns templos e da criação de algumas paróquias, nada de novo aconteceu. Mas, à medida que os sinais da cruzada romanizante se mostravam, a Igreja Católica gaúcha assumia nova performance. Isso aconteceu no episcopado de d. Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888) e, principalmente, já na República, com d. Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão (1891-1912) e D. João Becker (1912-1946).

Sebastião Dias Laranjeira estudou em Roma, no Colégio Pio-Latino-Americano, fundado por Pio IX, no ano de 1858, onde se haveria de ensinar, “para a elite do clero, nível moral, zelo apostólico e distanciamento do mundo”¹⁶. Tomou contato com o movimento de restauração e assumiu seus propósitos. Feito Bispo, recebeu o comando da Diocese de Porto Alegre, em 1861. Para suprir as deficiências da Igreja gaúcha, em termos de recursos humanos, e para reformá-la, segundo as exigências romanas, D. Sebastião iniciou um processo de atração de padres e religiosos europeus. Os mesmos procedimentos, mas com mais vigor, foram tomados pelos bispos posteriores.

Ponce de Leão (1891-1912) teve, segundo Zagonel¹⁷, o mérito de ter dado estrutura e dinâmica à Igreja rio-grandense. Proclamada a República e feita a separação entre Igreja e Estado, o bispo dispunha de maior liberdade para coordenar a instituição de acordo com os princípios de Roma. O bispo foi, portanto, à Europa buscar reforços: “bateu às portas de todas as

ordens e congregações religiosas do velho mundo, pedindo reforço, enquanto não pudesse contar com elementos nativos. Solicitava padres aos bispos seus colegas; solicitava mais religiosos a quem já havia se estabelecido no Estado; solicitava que abrissem quanto antes uma missão os que ainda não se haviam feito presentes”¹⁸. O resultado dessa política foi, por certo, significativo. Até 1910, entraram no Rio Grande do Sul, as seguintes congregações: Jesuítas (1848), Irmãs do S. Coração de Maria (1856), Franciscanas da Caridade (1872), Palotinos (1886), Irmãs de S. Catarina (1895), Capuchinhos (1896), Carlistas (1896), Irmãs de S. José de Moutiers (1898), Maristas (1900), Salesianos (1901), Lassalistas (1907), Claretianos (1907), Filhas de N^a Sr^a do Horto (1908) e Irmãs de S. Tereza de Jesus (1910). Em pouco tempo, o Rio Grande ficou tomado por padres, religiosos e religiosas que vieram da Europa. Luís Alberto De Boni calcula que, na já virada do século, o número deles chegava a 520.

O aliado principal da Igreja gaúcha foi a imigração. O modelo de colonização implementado no Rio Grande do Sul, assentando os agricultores em pequenas propriedades, articulados entre si e separados dos outros grupos étnicos, favoreceu o poder dos líderes religiosos, via de regra, as únicas pessoas esclarecidas do lugar e que podiam se comunicar com os imigrantes na sua própria língua. Os italianos e poloneses eram, com raríssimas exceções, católicos; os alemães se dividiam entre católicos e protestantes. A Igreja Católica chegou a criar uma congregação religiosa (os carlistas) para cuidar especialmente dos imigrantes. À

medida que as colônias imigrantistas cresciam em população e se desenvolviam economicamente, a Igreja ganhava mais poder de barganha. Não mais só nas colônias, mas também entre as elites urbanas que, também, se projetaram a partir do desenvolvimento das colônias.

O PRR e a Igreja

Como dissemos, o PRR iniciou o governo bastante débil. A Igreja Católica gaúcha, nessa época, ensaiava os primeiros passos na sua organização institucional. Um acordo tácito entre as duas instituições, Governo e Igreja, favorecia grandemente a sobrevivência de ambos.

A força moral e social da Igreja sempre foi muito respeitada (e cobiçada) por todos os governos. Principalmente nos momentos de crise e nos momentos de implantação de uma nova ordem sócio-política, o controle das massas e a conformação de sua subjetividade (de seu modo de pensar, de sua visão de mundo) tornam-se um fator da maior relevância. Os positivistas, particularmente, tinham quase uma fixação pelas técnicas utilizadas pela Igreja na formação moral das massas. Não seria lógico, portanto, esperar que desconsiderassem esse potencial, ainda mais num momento em que a Igreja estava ansiosa para estender sua malha institucional de um canto a outro do Estado. Favorecendo-a, Castilhos e seus sucessores poderiam obter o seu concurso para conquistar o apoio político das populações urbanas e, sobretudo, das populações coloniais.

A Constituição de 14/7/1891, lavrada exclusivamente por Castilhos, foi vantajosa para a Igreja Católica. Dizia o § 7º do artigo 71: "Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum"¹⁹. Além disso, defendeu a monogamia, deu possibilidades, segundo o desejo, dos noivos casarem também sob a forma religiosa e concedeu às igrejas o direito de administrar cemitérios e de realizar o enterro dos mortos (Art. 71, § 8º e 9º).

Esse tipo de garantias legais era do que mais a Igreja precisava. As experiências recentes de relacionamento com o poder temporal, tanto no Brasil quanto em muitos outros países ocidentais, não foram das melhores para Igreja Católica. Sua sorte foi que os Estados modernos também se sentiam, de certa forma, fragilizados, seja perante os movimentos reacionários, seja, principalmente, diante das novas organizações revolucionárias. A Igreja Católica ainda era um bom aparelho privado da hegemonia. Ato litúrgico, catequese, ação caritativa e, principalmente, ensino eram campos nos quais ela se movimentava com uma maestria incomparável. Tinha tradição, estava aparelhada (ou com condições de se aparelhar) e gozava da confiança das massas. De fato, a Igreja não decepcionou. Envolveu-se na construção e manutenção de escolas, de centros comunitários, de capelas, de estradas, etc.; formou associações, cooperativas e sindicatos; combateu revoltas, greves, idéias e organizações de esquerda; orientou seu eleitorado para votar em candidatos da situação (nas regiões coloniais,

onde a Igreja tinha maior controle sobre a população, o candidato oficial sempre teve esmagadora maioria de votos²⁰); e fez, também, o elogio da Pátria e da política republicana. Uma das contribuições mais decisivas que a Igreja católica deu ao Estado republicano foi seu empenho na nacionalização do elemento estrangeiro. Emílio Willems²¹, estudioso da experiência colonial alemã, vê, a esse respeito, posições antagônicas entre o padre católico e o pastor protestante. Este insistia na defesa da germanidade; o padre católico integrava o colono à língua e à vida cultural brasileiras.

Nenhuma das disposições constitucionais foi mais importante para a Igreja do que aquela que comprometia o Estado

apenas com o ensino primário (Art. 20, inciso 25), liberando para a iniciativa privada os demais graus de ensino. O acordo não se resume, entretanto, nessa repartição de terreno. Houve contínua troca de favores educacionais, sendo os mais salientes a subvenção pública de escolas particulares e a direção de escolas públicas feitas por agentes da Igreja²². Os números da tabela abaixo, referentes ao ano de 1928, mostram, além do progresso escolar gaúcho (em 1889, o número de alunos no RS não chegava a 25.000), a forte presença da educação particular e, dentro dela, da educação subvencionada, circunscrevendo mais da metade do corpo discente e das instituições escolares²³.

TIPO DE ESCOLA	N. DE ESCOLAS	MATRÍCULAS
Complementar	1	1.785
Colégio Elementar	50	21.895
Grupo Escolar	38	7.540
Escola Isolada	355	17.429
Escola Subvencionada	1.657	61.025
Escola Municipal	965	34.551
Escola Particular	672	46.626
Escola Federal	169	6.611
TOTAL	3.907	195.462

A defesa do capitalismo

Até aqui, demos as razões conjunturais mais importantes da aproximação entre o PRR e a Igreja Católica. É preciso dizer duas palavras sobre as razões estruturais desse mesmo fenômeno. Catolicismo e religião da humanidade tinham muita coisa em comum no seu modo de interpretar o

mundo e a sociedade (organicismo social, primazia do sentimento sobre a razão, moral do dever, etc.) e no seu modo de proceder (autoritarismo, rigidez disciplinar, etc.). Tinham também alguns inimigos comuns. Ambos combatiam o liberalismo, ou porque era ateu ou porque era anárquico. Ambos combatiam comunismo (socialismo, anarquismo, ou qualquer outro modelo da

mesma família). Isso tudo porque, em última instância, catolicismo e positivismo assumiam a mesma posição de classe. Ambos estavam interessados na preservação do capitalismo, embora domesticado e bem comportado.

A educação positivista, todos concordam, orientava-se segundo as exigências do capitalismo. A educação católica, por estranho que possa parecer, fazia a mesma coisa; também ela conformava as pessoas ao “espírito do capitalismo”, para utilizar uma expressão adaptada por Luis Alberto De Boni. Para esse estudioso da Igreja Católica e da imigração italiana, as escolas das igrejas não cumpriram outra tarefa que não fosse atuar para a formação das elites. Tratava-se de um ensino pago e enquanto tal, atendia, principalmente, aos filhos dos donos de posses e, por isso, precisava incorporar a ideologia desses grupos sociais que a mantinham. Por outro lado, as virtudes que desenvolveu combinavam com o capitalismo emergente, sobretudo, nas zonas coloniais ou nos grandes centros urbanos. O espírito das escolas cristãs privilegiava a pontualidade, a moderação, o controle, o cálculo exato, a persistência, o método, etc²⁴. Nas palavras de Leão XIII: “Os costumes cristãos, desde que entram em ação, exercem naturalmente sobre a prosperidade temporal a sua parte de benéfica influência; porque eles atraem o favor de Deus, princípio e fonte de todo o bem; comprimem o desejo excessivo das riquezas e a sede dos prazeres, esses dois flagelos que frequentes vezes lançam a amargura e o desgosto no seio mesmo da opulência; contentam-se enfim com uma vida e alimentação frugal,

e suprem pela economia a modicidade do rendimento, longe desses vícios que consomem não só as pequenas, mas as grandes fortunas, e dissipam os maiores patrimônios”²⁵.

Acima de tudo, nas escolas católicas, aprendia-se a trabalhar. “O trabalho braçal foi enobrecido pelo Filho de Deus. Felizes os que o sabem imitar”²⁶. Num país que acabara de sair do regime de escravidão (no qual o trabalho era visto como uma atividade de negros, uma ocupação sem nobreza e sem valor estético) para a implantação de relações de trabalho plenamente capitalistas, ou seja, baseadas no trabalho livre e assalariado, o valor do trabalho deveria ser recuperado. A educação católica trabalhava justamente com essa perspectiva, no que combinava com os “vizinhos” positivistas que também reforçavam a preparação de mão-de-obra para a nova estrutura produtiva.

A educação no Rio Grande do Sul assumiu, efetivamente, a dualidade clássica do sistema escolar burguês: duas redes de ensino. A pública, essencialmente primária, voltada para as classes populares, formando trabalhadores; a particular, indo do primário ao nível superior, destinada às elites, formando os quadros do poder. O Estado criou, para os pobres do Rio Grande do Sul, uma série de escolas e institutos de formação técnica, destinados a formar, rapidamente, trabalhadores minimamente qualificados para os novos processos produtivos. Mesmo nas escolas não técnicas, o currículo passou a contemplar saberes e práticas afinadas com as exigências das sociedades industriais. As escolas particulares, via de

regra, privilegiavam o ensino humanístico e visavam a graus superiores de formação.

Conclusão

A respeito da hipótese de que o Estado republicano positivista e a Igreja Católica, mesmo mantendo públicas suas diferenças filosóficas, ajustaram-se num projeto educacional de largo alcance, nos assegura o líder máximo do movimento anarquista gaúcho, Polydoro Santos, escrevendo, em 1921, na *Revista Liberal*²⁷: “não falamos na facilidade em que se multiplicam os colégios clericais, onde antes de procurar formar do educando um cidadão útil a si, à família e à coletividade, predomina a preocupação de se criar um devoto submisso e dedicado à Igreja. É na própria instrução pública, mantida e subvencionada com dinheiro dos impostos pagos por cidadãos de todos os credos, que se percebe a infiltração clerical, sob múltiplas e variadas formas. Nas escolas do ensino superior, e nas do ensino primário, sobretudo nestas, os representantes do romanismo encontram mil maneiras, facilitados pelo sentimento dos poderes públicos, de influir e levar às consciências jovens em formação, a imposição de dogmas sem livre exame e discussão, e que em muitos cérebros embotam para sempre as faculdades do raciocínio inerente à espécie.”

O líder anarquista pode ter exagerado ao deduzir da atividade educacional eclesiástica o embotamento definitivo do raciocínio da criança, mas refletiu com exatidão quando identificou os verdadeiros agentes do aparelho escolar e suas moti-

vações educativas. Esse foi, por certo, o pano de fundo da educação rio-grandense praticada naquele período.

Notas

¹ CASTILHOS, Júlio de. Carta à Devoção do Menino Deus. In: ROSA, Othelo. Júlio de Castilhos (perfil biográfico e escritos políticos). Porto Alegre: Globo, 1930. p. 497-500.

² BECKER, D. João. Discurso proferido por ocasião das solenidades cívicas promovidas pelo “Centro Republicano Júlio de Castilhos”, coadjuvado pelo “Centro Acadêmico de Direito”, em homenagem ao 30^o Aniversário da proclamação da República brasileira. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1919. p. 3-4.

³ PICCOLO, Helga I. L. Vida política no século 19. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992. p. 59.

⁴ Cf. LOVE, Joseph L. O regionalismo gaúcho. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 27.

⁵ FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da revolução de 1893. In: BARRETO, Abeillard et al. Fundamentos da cultura rio-grandense. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia/Universidade do Rio Grande do Sul, 1962. p. 194.

⁶ A Faculdade de Direito de São Paulo era, nessa época, no entender de João Ribeiro Júnior, um centro onde o positivismo ecoou “com acentuado criticismo no plano lógico e um republicanismo de aspecto nitidamente revolucionário no plano das realidades político-sociais” (RIBEIRO JÚNIOR, João. O que é positivismo. 6. ed., São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 72).

⁷ Editorial de A Federação, 27/11/1889.

⁸ FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da revolução de 1893. In: BARRETO, Abeillard et al. Fundamentos da cultura rio-grandense. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia/Universidade do Rio Grande do Sul, 1962, p. 195.

⁹ FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 6. ed., Porto Alegre: Globo, 1984, p. 629.

¹⁰ Cf. MICELI, Sergio. A elite eclesiástica brasileira Rio de Janeiro: Bertrand, 1988, p. 16-17.

¹¹ Transcrito por FRAGOSO, Hugo. A Igreja na formação do Estado liberal. In: BEOZZO, José Oscar

(Coord.). História da Igreja no Brasil - Tomo II/2. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 185.

¹² A esse respeito, FRAGOSO, Hugo, *ibid.*, p. 185.

¹³ Apud BASBAUM, Leôncio. História sincera da República: das origens a 1889 (v. 1). 5. ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1986, p. 269.

¹⁴ É preciso excetuar disso as experiências missionárias das reduções guaranis que, feitas sob a bandeira espanhola, desapareceram com ela (ou mesmo antes dela, com a expulsão dos jesuítas dos territórios espanhóis, em 1767). Nossas observações dizem respeito à atividade eclesiástica feita no âmbito da administração portuguesa e, depois, brasileira.

¹⁵ A Revolução Farroupilha (1835-1845), ao criar um Estado independente, não esqueceu de organizar, nos padrões herdados do Império brasileiro e das repúblicas latino-americanas, também a instituição eclesiástica. Criou o cargo de Vigário Apostólico para o qual foi nomeado, em 1838, o Pe. Francisco das Chagas Martins Ávila e Souza, com as mesmas atribuições de um bispo diocesano, ou seja, podendo nomear párocos para as freguesias, dispensar impedimentos matrimoniais, administrar o crisma e conceder graças espirituais. Além disso, a partir de 1839, recebeu côngrua anual de dois contos de reis e tratamento de Excelência Reverendíssima. Sua sede acompanharia a capital da República (Piratini, Caçapava e Alegrete). Essa sequência de atos constituiu o "cisma religioso" da Igreja católica rio-grandense.

¹⁶ MEIER, Johannes. As ordens e as congregações religiosas na América Latina. In: DUSSEL, Enrique (Org.). 500 anos de história da Igreja na América Latina. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 643.

¹⁷ Cf. ZAGONEL, Carlos Albino. Igreja e imigração italiana. Porto Alegre: EST/Sulina, 1975, p. 9-12.

¹⁸ DE BONI, Luis A. O catolicismo da imigração: do

triumfo à crise. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). RS: imigração & colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 240.

¹⁹ Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul, de 14 de julho de 1891. In: CONSTITUIÇÕES Sul-Riograndenses. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1963.

²⁰ Detalhes sobre a participação política dos imigrantes alemães encontram-se em ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul (v. 2). Porto Alegre: Globo, 1969, p. 727-751.

²¹ WILLEMS, Emílio. A aculturação dos alemães no Brasil. 2. ed., São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1980, p. 351-355.

²² O diretor dos irmãos maristas do Rio Grande do Sul escreveu, em 1904: "Digno de nota, é o fato de os sete Inspetores Escolares do Estado reclamarem à porfia o concurso dos irmãos para as escolas públicas, e terem eleito um dos nossos para membro da comissão dos exames públicos (Irmão Weibert, diretor dos maristas do Rio Grande de Sul, em carta de 1904 ao superior geral (Transcrito por DAMIÃO, Eugênio. Histórico da Província do Brasil Meridional (1900-1950). Porto Alegre: Tip. Champagnat, 1950, p. 35-36).

²³ Os dados são fornecidos por VARGAS, Getúlio. Mensagem à Assembléia dos Representantes, 20/9/1929.

²⁴ DE BONI, Luis A. *op.cit.*, p. 250.

²⁵ LEÃO XIII. Rerum Novarum (Sobre a Condição dos Operários). Petrópolis: Vozes, 1945, p. 21.

²⁶ DAMIÃO, Eugênio. Histórico da Província do Brasil Meridional (1900-1950). Porto Alegre: Tip. Champagnat, 1950, p. 81.

²⁷ SANTOS, Polydoro. Uma escola racionalista em P. Alegre, necessidade premente. In: CORRÊA, Norma E. P. Os libertários e a educação no Rio Grande do Sul (1895-1926). 1987. Dissertação (Mestrado), UFRGS, Porto Alegre, p. 59.

Referências

A FEDERAÇÃO. Editorial, 27/11/1889.

BASBAUM, Leôncio. História sincera da República: das origens a 1889. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. (v. 1)

BECKER, D. João. Discurso proferido por ocasião das solenidades cívicas promovidas pelo “Centro Republicano Júlio de Castilhos”, coadjuvado pelo “Centro Acadêmico de Direito”, em homenagem ao 30^º Aniversário da proclamação da República brasileira. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1919.

CASTILHOS, Júlio de. Carta à Devoção do Menino Deus. In: ROSA, Othelo. Júlio de Castilhos (perfil biográfico e escritos políticos). Porto Alegre: Globo, 1930.

DAMIÃO, Eugênio. Histórico da Província do Brasil Meridional (1900-1950). Porto Alegre: Tip. Champagnat, 1950.

DE BONI, Luis A. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). RS: imigração & colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 6. ed. Porto Alegre: Globo, 1984.

FRAGOSO, Hugo. A Igreja na formação do Estado liberal. In: BEOZZO, José Oscar (Coord.). História da Igreja no Brasil - Tomo II/2. Petrópolis: Vozes, 1980.

FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da revolução de 1893. In: BARRETO, Abeillard et al. Fundamentos da cultura rio-grandense. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia/Universidade do Rio Grande do Sul, 1962.

LOVE, Joseph L. O regionalismo gaúcho. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MEIER, Johannes. As ordens e as congregações religiosas na América Latina. In: DUSSEL, Enrique (Org.). 500 anos de história da Igreja na América Latina. São Paulo: Paulinas, 1992.

MICELI, Sergio. A elite eclesiástica brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

PICCOLO, Helga I. L. Vida política no século 19. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

RIBEIRO JÚNIOR, João. O que é positivismo. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RIO GRANDE DO SUL. Constituição política do estado do Rio Grande do Sul, de 14 de julho de 1891. In: CONSTITUIÇÕES SUL-RIOGRANDENSES. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1963.

ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1969. (v. 2).

VARGAS, Getúlio. Mensagem à Assembléia dos Representantes, 20/9/1929.

WILLEMS, Emílio. A aculturação dos alemães no Brasil. 2. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1980.

ZAGONEL, Carlos Albino. Igreja e imigração italiana. Porto Alegre: EST/Sulina, 1975.

Recebido em 10 de março de 2009.

Aprovado para publicação em 10 de junho de 2009.